

**EDITORIAL****A universidade na democratização da educação especial**

Na atualidade a democratização da universidade é ponto importante, muitas são as questões da educação especial na universidade. A demanda deste público com necessidades específicas são diversas e a busca de adequações necessárias em relação as modificações das estruturas internas do sistema educacional superior, é fato.

Na última década no Brasil a educação especial tem sido motivo de preocupação. A educação especial, apresenta necessidades e entraves a serem trabalhados; muitos são os defensores e apoiadores deste seguimento educacional na inserção dos indivíduos portadores de necessidades especiais. Mostra se necessário o desenvolvimento de instrumentos de monitoramento sistemático, para propiciar indicadores dos programas implantados na educação especial, como forma de fomentar a educação inclusiva, sobretudo no nível superior.

Quando falamos de educação especial tem se como referência os anos iniciais do ensino infantil e fundamental, porém, temos como fato um novo panorama de alunos ingressantes na educação universitária. Há consenso entre os estudiosos que a universidade caminha no intuito de democratizar a educação e desta forma, *“Aqueles com deficiência intelectual e outras necessidades educacionais especiais relacionadas a dificuldades de aprendizagem, têm ingressado legitimamente no espaço acadêmico<sup>1</sup>”*.

As formas de acessibilidade na reorganização das instituições universitárias impulsionam a remoção de barreiras, relacionadas as questões: arquitetônica (de acesso físico); atitudinal (a qual se refere à percepção do outro sem preconceitos); a pedagógica (ligada as técnicas de estudo e a atuação docente frente a este aluno); a comunicação interpessoal e digital (disponibilizando tecnologias assistivas) e; a inserção da disciplina de Libras (na formação dos cursos de licenciatura)<sup>2</sup>.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) é pioneiro há mais de uma década neste seguimento educacional promovendo a educação de deficientes auditivos e desenvolvendo trabalhos no campo pedagógico. O INES prepara profissionais bilíngues com o foco nas competências científicas, sociais, política e técnica, um órgão específico e singular da estrutura do MEC, incorporando o seguimento universitário<sup>3</sup>.

As políticas públicas no Brasil caminham ao longo dos tempos, com o intuito de incorporar e atender as necessidades educacionais e sociais deste público, que por muito tempo permaneceu na invisibilidade social. Os desafios estão dados!

**REFERENCIAS**

1. Marian AL, Ferrari D, Sekkel MC. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. *Psicologia Ciência e Profissão*. [online]. 2007; 27(4):636-47 [citado em: 13 out 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a06>
2. Rodrigues M, Gutierrez KET, Guedes R, Capellini VLF. Políticas nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: um estudo sobre a Educação Superior do Brasil e da Colômbia. *Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós*. [online]. 2016; 6(23):2-21. [citado em: 15 out 2016]. Disponível em: [www.faceq.edu.br/regs](http://www.faceq.edu.br/regs)
3. INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos. [citado em: 15 out 2016]. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/>

Boa leitura!

**Eliana Cristina Rosa**

Filósofa. Administradora Pública. Especialista em Saúde Coletiva. Especialista em Gestão Educacional. Mestranda em Educação pela Universidade Lomas de Zamora - Argentina. Secretária Executiva da REFACS/UFTM.